

Concurso Público para provimento dos cargos efetivos do Município de Senador Canedo-GO

CONCURSO PÚBLICO

PROFESSOR – PORTUGUÊS

CADERNO DE QUESTÕES

21/06/2026

DISCIPLINA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Legislação aplicada ao Setor Público	11 a 20
Políticas e Legislação Educacional	21 a 30
Conhecimentos Específicos	31 a 50
Prova de Redação	-

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado do seu CARTÃO-RESPOSTA, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Como as estações, também vivemos mudanças.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha e prova de redação. Cada questão de múltipla escolha apresenta 04 (quatro) alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta. A prova de redação é composta de um tema e uma coletânea de textos, e o(a) candidato(a) deverá desenvolver, seguindo uma das propostas contidas na prova, um texto dissertativo-argumentativo, com, no máximo, 30 (trinta) linhas.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o fiscal de sala.
4. Assinale as respostas no cartão-resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, preenchendo integralmente apenas um alvéolo por questão. O(A) candidato(a) que marcar o cartão-resposta com rasura ou fizer mais de uma marcação por questão, ainda que legível, ou não preencher o campo de marcação corretamente ou não marcar a questão no cartão-resposta, terá pontuação 0,0 (zero) na questão.

LÍNGUA PORTUGUESA

Questões de 01 a 10

Leia o **Texto 1** para responder às questões de **01 a 03**.

Texto 1

Todas as vezes em que se fala sobre a incrível capacidade humana de dominar a natureza – com os elogios de praxe à nossa inventividade e poderio e, mais ainda, o orgulho de uma racionalidade que se aproxima da petulância – Benauro Roberto de Oliveira, um paulista estudioso da história natural e social –, conta e reconta em suas competentes e concorridas aulas uma das lendárias manifestações que cercam a personalidade de Jacques-Yves Cousteau, o francês que se tornou o maior dos oceanógrafos do século 20.

Dizem que um jovem jornalista entrevistava Cousteau sobre o nosso temor aos tubarões e desejava saber quais as chances de um de nós escapar no enfrentamento direto com um desses estupendos animais. O cientista respondeu que as probabilidades de sair ileso eram nulas. O jornalista não se satisfaz e perguntou, em sequência, se o tubarão atacaria se já estivesse alimentado, se fosse de noite, se estivéssemos numa jaula, se fôssemos muitos, se carregássemos um arpão, se entregássemos alguma isca etc.; a cada pergunta, a resposta de Cousteau era a mesma: o bicho atacará de qualquer modo. Irritado, o jovem bradou: mas isso não tem lógica! Com paciência, o genial pesquisador dos mares retrucou: Tem sim, mas é a lógica do tubarão...

É preciso lembrar insistentemente a sabedoria emanada dos muitos modos como a vida se expressa no planeta no qual habitamos (e que muitos preferem chamar de “nosso” planeta, com uma dissimulada satisfação de dono): não somos proprietários, e sim usuários compartilhantes. Podemos, em alguns momentos da nossa história, imaginar que controlamos, dominamos e possuímos sem restrições tudo que nesta terra está, com uma ilusão fugaz de invulnerável soberania [...].

CORTELLA, M. S. *Não espere pelo Epiáfio!*: Provações filosóficas. 16 ed. Petrópolis/RJ: Vozes Nobilis, 2014, p. 31.

QUESTÃO 01

No trecho, “É preciso lembrar insistentemente a sabedoria emanada dos muitos modos como a vida se expressa no planeta no qual habitamos [...]”, a expressão em destaque

- (A) pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, por “em cujo”, na medida em que indica posse (“em nosso planeta”).
- (B) tem valor pronominal, uma vez que opera, na oração, substituição ao sujeito “planeta”, que lhe antecede.
- (C) pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, tanto por “em que”, quanto por “que”, diante da bitransitividade do verbo “habitar”.
- (D) se trata de uma preposição, cuja função sintática é a de estabelecer a devida regência dos termos da oração.

QUESTÃO 02

A crase é um fenômeno linguístico que marca, por meio do acento grave, uma fusão de vogais idênticas e contíguas (a + a = à). Em geral, trata-se de uma relação de regência que demanda uma preposição a + o artigo definido feminino a, podendo ocorrer também, no entanto, com pronomes demonstrativos (*àquele, àquela, àquilo*) e, ainda, com pronomes relativos (*à qual, às quais*). A respeito do caso de sua ocorrência no trecho “Todas as vezes em que se fala sobre a incrível capacidade humana de dominar a natureza – com os elogios de praxe à nossa inventividade e poderio e, mais ainda, o orgulho de uma racionalidade que se aproxima da petulância [...]”, e em observância às regras de uso obrigatório e facultativo, a crase, nesse caso, é

- (A) obrigatória, na medida em que se trata da fusão de um termo preposicional regido pelo termo nominal “elogio” (elogio a alguém ou alguma coisa) com um pronome demonstrativo feminino (nossa inventividade) que aceita o artigo definido a.
- (B) facultativa, na medida em que se trata da fusão de um termo preposicional regido pelo termo nominal “elogio” (elogio a alguém ou alguma coisa) com um pronome demonstrativo feminino (nossa inventividade) que aceita o artigo definido a.
- (C) facultativa, na medida em que se trata da fusão de um termo preposicional regido pelo termo nominal “elogio” (elogio a alguém ou alguma coisa) com um pronome possessivo adjetivo feminino (nossa inventividade) que aceita o artigo definido a.
- (D) obrigatória, na medida em que se trata da fusão de um termo preposicional regido pelo termo nominal “elogio” (elogio a alguém ou alguma coisa) com um pronome possessivo adjetivo feminino (nossa inventividade) que aceita o artigo definido a.

QUESTÃO 03

O modo de organização do discurso e a natureza do raciocínio empreendido pelo filósofo Mário Sérgio Cortella, valendo-se da voz do estudioso Benauro Robert de Oliveira diante da experiência vivida por Jacques-Yves Cousteau, consistem em um raciocínio

- (A) argumentativo, com a intenção de estabelecer, pela narrativa apresentada, uma inferência analógica entre o caso relatado e a realidade de modo geral.
- (B) narrativo, com a intenção de estabelecer um relato, para fins estéticos, sobre a experiência contada pelo estudioso Benauro Robert de Oliveira.
- (C) descritivo, na medida em que o autor descreve a experiência vivida pelo oceanógrafo Jacques-Yves Cousteau, na voz de Benauro Robert de Oliveira.
- (D) explicativo, na medida em que o autor assevera, a partir de relato informativo, a necessidade de o leitor repensar as formas de compreensão da vida.

Leia o **Texto 2** para responder às questões de **04 a 06**.

Texto 2

Becos da minha terra...
 Amo tua paisagem triste, ausente e suja.
 Teu ar sombrio.
 Tua velha umidade andrajosa.
 Teu lodo negro, esverdeado, escorregadio.
 E a réstia de sol que ao meio-dia desce fugidia,
 e sementes polmes dourados no teu lixo pobre,
 calçando de ouro a sandália velha, jogada no monturo.
 Amo a prantina silenciosa do teu fio de água,
 Descendo de quintais escusos sem pressa,
 e se sumindo depressa na brecha de um velho cano.
 Amo a avenca delicada que renasce
 Na frincha de teus muros empenados,
 e a plantinha desvalida de caule mole
 que se defende, viceja e floresce
 no agasalho de tua sombra úmida e calada [...]

Trecho do poema "Becos de Goiás" de Cora Coralina. In: CORALINA, Cora. *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*. 23ª ed. São Paulo: Global, 2014, p. 92.

QUESTÃO 04

No trecho do poema "Becos de Goiás", de Cora Coralina, o eu lírico descreve um cenário marcado por imagens de degradação — "*paisagem triste, ausente e suja*", "*velha umidade andrajosa*", "*lodo negro, esverdeado, escorregadio*", "*lixo pobre*". Ainda assim, a voz poética declara reiteradamente: "*Amo...*". Qual efeito de sentido característico da obra da autora é gerado pelo contraste?

- (A) O paradoxo é construído para mostrar que o eu lírico rejeita o cenário descrito, carregado de adjetivações e descrições negativas, e o emprego de verbo afetivo "*Amo...*" funciona, portanto, como recurso de ironia, desestabilizando a interpretação literal do poema.
- (B) O contraste destaca uma visão idealizada do passado, por lembranças fugidias e contrastivas de tempos remotos, em que o eu lírico transforma a miséria em símbolo de uma memória perdida, anulando qualquer dimensão realista da cena descrita.
- (C) O uso de imagens negativas frequentemente seguido da expressão de amor, como "*Amo...*", demonstra uma tentativa de ocultar aspectos socialmente problemáticos do ambiente, neutralizando o tom crítico da autora, uma vez que se trata de sua própria cidade natal.
- (D) A associação entre afeto e degradação reforça a relação paradoxal entre o eu lírico e o espaço, revelando que seu amor nasce de uma identificação profunda com a simplicidade e com a beleza marginal encontrada nos lugares humildes — marca recorrente da poética de Cora Coralina.

QUESTÃO 05

Considere o verso "Amo tua paisagem triste, ausente e suja." Com base no emprego da conjunção destacada no trecho anterior, e observando as regras de pontuação da língua portuguesa, compreende-se que

- (A) o emprego de vírgula antes de "e" não ocorre, por se tratar de uma enumeração simples de adjetivos equivalentes, ligados a um mesmo termo ("paisagem"), caso em que a conjunção aditiva une elementos de mesma função sintática sem justificar pausa.
- (B) o emprego antes de "e" é obrigatório porque há três adjetivos; segundo a norma padrão, em enumerações com três ou mais termos, a conjunção deve ser precedida de vírgula de forma mandatória.
- (C) a ausência de vírgula antes de "e" configura desvio da norma, pois o último termo de qualquer enumeração deve ser isolado por vírgula, independentemente da classe de palavras envolvida.
- (D) o emprego de vírgula poderia ser utilizado antes de "e" para reforçar a intensidade expressiva da enumeração, uma vez que adjetivos de valor negativo exigem separação obrigatória por vírgula antes da conjunção.

QUESTÃO 06

Considerando o trecho do poema de Cora Coralina — "*E a réstia de sol que ao meio-dia desce fugidia e sementes polmes dourados no teu lixo pobre, calçando de ouro a sandália velha, jogada no monturo*" —, as relações sintáticas entre as estruturas oracionais permitem perceber que

- (A) a forma "calçando de ouro a sandália velha" funciona como oração subordinada adverbial causal reduzida de gerúndio, pois indica a motivação pela qual se realizam as "semeaduras" do sol ao meio-dia.
- (B) a expressão "calçando de ouro a sandália velha" constitui oração subordinada adverbial modal reduzida de gerúndio, uma vez que especifica a maneira pela qual a réstia de sol recobre os elementos descritos.
- (C) o segmento "jogada no monturo" representa uma oração subordinada adjetiva explicativa reduzida de particípio, modificando o valor do termo nominal "sol", ao qual se vincula semanticamente.
- (D) o verbo "desce" em "a réstia de sol que ao meio-dia desce fugidia" introduz oração subordinada substantiva objetiva direta, já que o termo "que" recupera um referente abstrato e exerce função de complemento verbal.

QUESTÃO 07

Um texto pode ser considerado como uma malha de tecido (não à toa, falamos de sua tessitura), cujas linhas estruturantes amarram o tecido de tal forma que o tornam um todo significante, uma unidade de sentido. Dito de outra maneira, falamos de

- (A) coesão e semântica, uma vez que todo texto que esteja bem articulado, independentemente de fazer ou não sentido para um determinado interlocutor, pode ser considerado um texto efetivo.
- (B) coesão e coerência, uma vez que o sentido organizado de um texto é atingido quando se garante, ao mesmo tempo, os fatores pragmáticos de significação e de articulação de um texto, respectivamente.
- (C) coesão e coerência, uma vez que a forma como se amarram as partes estruturantes de um texto (a coesão) é fundamental para garantir-lhe o sentido (a coerência).
- (D) coesão e semântica, uma vez que o sentido é sempre um resultado organizado, concatenado e transparente dos significados da língua como um sistema de signos diferenciais.

QUESTÃO 08

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 foi um projeto elaborado pelos países lusófonos com o objetivo de unificar a ortografia do português. Até então, Brasil e Portugal (além dos demais países africanos de língua portuguesa) seguiam regras diferentes de escrita, o que dificultava a produção editorial comum, a circulação de textos, o ensino e a padronização internacional da língua. O acordo foi assinado em 1990 pelos países membros da CPLP, mas enfrentou longos anos de debates e revisões até entrar efetivamente em vigor. No Brasil, sua implementação começou em 2009, tornando-se obrigatória a partir de 2016. Entre as mudanças mais conhecidas, compreende-se que passa a ser

- (A) obrigatório o uso de hífen quando o prefixo (ou falso prefixo) termina em vogal e o elemento seguinte começa pela consoante *r* ou *s*: ultra-som, anti-semíta, semi-reta, contra-regra etc.
- (B) facultativo o uso de hífen em locuções de qualquer tipo (nominais, adjetivas, pronominais, adverbiais, prepositivas, conjuncionais): café-da-manhã ou café da manhã, antes-de-ontem ou antes de ontem etc.
- (C) facultativo o uso de hífen quando o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por vogal diferente ou consoante: auto-escola passa a se grafar autoescola, co-piloto passa a se grafar copiloto etc.
- (D) proibido o uso de hífen quando o prefixo (ou falso prefixo) termina em vogal e o elemento começa por *r* ou *s*, passando-se a dobrar a consoante do elemento seguinte: ultrassom, minissaia etc.

QUESTÃO 09

Em sua obra *Retórica*, Aristóteles discorre sobre os três gêneros oratórios (deliberativo, judicial e epidítico), cuja tipologia passa por critérios funcionais, tais como o assunto de que se fala, quem fala, para quem fala, de onde se fala, e o fim (a finalidade) para o qual se fala. Esses elementos foram recepcionados - e eventualmente atualizados - em teorias linguístico-textuais posteriores, contemporâneas, como aquelas que descrevem os sete fatores pragmáticos de textualidade: intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade, intertextualidade, coesão e coerência. Considerando tais fatores, quais podemos destacar estarem já presentes no núcleo da proposta teórica aristotélica?

- (A) Intencionalidade, Informatividade, Coesão e Coerência.
- (B) Intencionalidade, Aceitabilidade, Situacionalidade, Informatividade.
- (C) Intencionalidade, Informatividade, Situacionalidade e Coesão.
- (D) Intencionalidade, Coerência, Coesão e Intertextualidade.

RASCUNHO

QUESTÃO 10

Leia o texto a seguir.



Coca-Cola, 2025. Publicidade veiculada em diferentes mídias.

A publicidade apresenta a imagem de uma garrafa de Coca-Cola de vidro acompanhada do texto: “Porque é mais difícil de abrir e tudo o que é mais difícil é mais gostoso.” Considerando estratégias argumentativas típicas da linguagem publicitária, o anúncio

- (A) recorre a um argumento baseado em crenças culturais compartilhadas, atribuindo valor positivo à dificuldade como elemento que aumenta o prazer, reforçando um efeito emocional de valorização do produto.
- (B) constrói seu apelo retórico e persuasivo por meio de um argumento lógico-dedutivo, apoiado na demonstração racional de que embalagens difíceis de abrir conservam melhor o sabor.
- (C) utiliza um argumento de autoridade implícito, já que atribui a superioridade do produto em questão à opinião abalizada de um especialista anônimo sobre embalagens de bebidas e sua capacidade de conservação do sabor.
- (D) fundamenta sua estratégia de convencimento na comparação objetiva entre garrafas de vidro e garrafas plásticas, oferecendo dados concretos e mensuráveis sobre sabor, temperatura e conservação.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Questões de 11 a 20

QUESTÃO 11

Nos termos do art. 37, V, da Constituição Federal de 1988 qual descrição corresponde ao critério constitucionalmente estabelecido para o preenchimento dos cargos em comissão e das funções de confiança na Administração Pública?

- (A) Os cargos em comissão destinam-se a atividades meramente técnicas e devem ser ocupados por servidores efetivos conforme critérios definidos em lei.
- (B) As funções de confiança são de livre nomeação e exoneração, destinadas a direção e assessoramento, e podem ser ocupadas por servidores públicos ou por profissionais externos.
- (C) Os cargos em comissão destinam-se a atribuições de direção, chefia e assessoramento, sendo as funções de confiança exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- (D) As funções de confiança destinam-se a atividades técnicas especializadas e devem ser ocupadas por servidores aprovados em concurso específico para esse fim.

QUESTÃO 12

No direito administrativo brasileiro, a formação válida do ato administrativo depende da reunião de elementos estruturais previstos pela doutrina e acolhidos pela jurisprudência. Nessa perspectiva, corresponde a elemento essencial do ato administrativo a característica que

- (A) vincula a manifestação administrativa ao objetivo público estabelecido como finalidade do ato.
- (B) transforma a vontade administrativa em norma geral dotada de abstração e impessoalidade.
- (C) desloca a competência administrativa para órgão diverso mediante delegação automática.
- (D) converte o ato administrativo em contrato quando há participação de particulares interessados.

QUESTÃO 13

Os artigos 70 a 74 da Constituição Federal de 1988 disciplinam o sistema de controle interno e externo da Administração Pública, definindo competências, finalidades e interações entre os órgãos que o compõem. Considerando esse conjunto normativo, o exercício da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública ocorre mediante estrutura que

- (A) concentra exclusivamente no Tribunal de Contas da União a função de orientar e fiscalizar todos os Poderes, sem participação de unidades internas de controle.
- (B) atribui ao Congresso Nacional o controle externo, com apoio técnico do Tribunal de Contas da União, mantendo unidades de controle interno em cada Poder.
- (C) delega aos sistemas de controle interno a competência para julgar contas de administradores, submetendo apenas relatórios informativos ao Congresso.
- (D) permite ao Tribunal de Contas da União a emissão de recomendações sem força coercitiva, sem competência para aplicação de sanções administrativas.

QUESTÃO 14

A elaboração do planejamento orçamentário governamental, estruturado nos instrumentos previstos nos artigos 165 a 169 da Constituição Federal de 1988, organiza-se em etapas interdependentes que condicionam a execução das políticas públicas. Nesse contexto, a compatibilidade entre o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) resulta de processo em que

- (A) o PPA detalha os limites de empenho da LOA, substituindo a necessidade de definição anual de metas fiscais pela LDO.
- (B) a LDO orienta a LOA e deve observar as diretrizes do PPA, assegurando que programas e ações anuais estejam alinhados às metas plurianuais.
- (C) a LOA estabelece programas governamentais de duração continuada, autorizando despesas de caráter plurianual sem necessidade de previsão no PPA.
- (D) o PPA define metas anuais específicas, enquanto a LDO organiza exclusivamente a estrutura administrativa, sem impacto sobre a programação orçamentária.

QUESTÃO 15

O artigo 5º da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) define os princípios que orientam as contratações públicas e determina que toda atuação administrativa no âmbito das licitações deve observar parâmetros normativos voltados à integridade, à eficiência e ao controle. De acordo com esse dispositivo, a condução do processo licitatório deve ocorrer de forma que

- (A) admita exceções não previstas em lei, desde que justificadas pela conveniência administrativa.
- (B) permita flexibilização informal das etapas quando houver interesse imediato do gestor.
- (C) assegure julgamento por critérios objetivos, evitando decisões baseadas em preferências pessoais.
- (D) autorize tratamento favorecido a licitantes que possuam vínculos locais com o órgão contratante.

QUESTÃO 16

O artigo 17 da Lei nº 8.429/1992, integrante do Capítulo V, estabelece regras específicas para o processamento das ações de improbidade administrativa após as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021. Segundo esse dispositivo, o ajuizamento da ação deve observar procedimento que

- (A) admite prosseguimento apenas quando demonstrados indícios mínimos de dolo na conduta.
- (B) elimina a fase de manifestação prévia do investigado, permitindo imediata citação.
- (C) permite responsabilização do agente público por mera irregularidade formal de natureza culposa.
- (D) dispensa o Ministério Público de apresentar documentos que embasam a acusação inicial.

QUESTÃO 17

Os artigos 10 a 14 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) disciplinam o procedimento de acesso à informação, estabelecendo direitos, prazos e obrigações para o trâmite dos pedidos. Já os artigos 23 a 27 tratam das hipóteses de restrição, incluindo sigilo e classificação de informações. Considerando simultaneamente esses dispositivos, o tratamento de um pedido de acesso ocorre mediante procedimento que

- (A) admite negativa automática quando a informação solicitada não estiver previamente disponibilizada no sítio eletrônico do órgão.
- (B) exige motivação expressa para eventual negativa, inclusive quando fundada em classificação de sigilo prevista em lei.
- (C) permite recusa imotivada nos casos em que o pedido dependa de análise de outro órgão da administração.
- (D) autoriza a prorrogação indefinida do prazo de resposta enquanto houver consulta a autoridade classificadora.

QUESTÃO 18

O artigo 23 da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), do Capítulo IV, prevê condições específicas para o tratamento de dados pessoais pelo Poder Público e determina que a utilização dessas informações deve ocorrer de forma adequada às finalidades legais. Considerando esse dispositivo, o tratamento de dados pessoais por órgãos e entidades públicas deve observar requisito que

- (A) dispensa a indicação da finalidade quando os dados forem utilizados para políticas públicas.
- (B) permite o compartilhamento irrestrito de informações entre entes federativos.
- (C) exige a compatibilidade entre a finalidade declarada e o interesse público envolvido.
- (D) autoriza a coleta ampliada de dados sensíveis sem base legal prévia.

QUESTÃO 19

O artigo 44 da Lei Orgânica do Município de Senador Canedo, do Título III – Da Administração Municipal, estabelece que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional observará princípios específicos para orientar sua atuação. De acordo com esse dispositivo, a administração municipal deve atuar de acordo com o princípio que

- (A) admite sigilo administrativo como regra geral para proteção da atividade estatal.
- (B) exige publicidade dos atos, ressalvadas hipóteses legais de restrição.
- (C) autoriza preferência a agentes públicos por critérios pessoais de conveniência.
- (D) permite a adoção de normas internas sem observância de fundamento legal.

QUESTÃO 20

O artigo 62 da Lei nº 1.488/2010 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Senador Canedo) disciplina a licença para tratamento da própria saúde e determina condições específicas para sua concessão. Considerando esse dispositivo, a concessão dessa licença ocorre mediante procedimento administrativo que

- (A) admite avaliação informal realizada pelo superior imediato, independentemente de perícia.
- (B) permite afastamento imediato sem comprovação, quando declarado pelo próprio servidor.
- (C) transfere ao contratado particular a decisão sobre a aptidão funcional do servidor.
- (D) exige inspeção médica oficial destinada a verificar a capacidade laboral do servidor.

POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Questões de 21 a 30

QUESTÃO 21

Em processos educativos, a forma como o conhecimento é organizado orienta os modos de aprender e define o papel dos sujeitos nos espaços escolares. Nesse sentido, a ação pedagógica embasada por uma perspectiva crítica e que busca a formação humana em seu sentido abrangente será

- (A) a elaboração de atividades pontuais, voltadas ao alcance de metas operacionais previamente definidas.
- (B) a construção de sequência didática, estruturada de modo progressivo para favorecer a aprendizagem.
- (C) a aplicação de exercícios repetitivos, centrados na memorização de informações para possibilitar o conhecimento.
- (D) a realização de avaliações periódicas, destinadas ao cumprimento de rotinas institucionais.

QUESTÃO 22

No ambiente escolar, o uso de tecnologias da informação e comunicação pode reforçar formas de consumo padronizadas e acríticas ou criar possibilidades de reflexão e compreensão dos conteúdos midiáticos. Nesse cenário, caracteriza-se como prática educativa que busca possibilitar a formação crítica dos sujeitos na era digital

- (A) a seleção de recursos tecnológicos destinados à produção de conteúdos escolares.
- (B) a adoção de plataformas digitais destinadas ao controle do desempenho individual.
- (C) a produção de materiais didáticos digitais orientados por padrões de mercado.
- (D) a análise de diferentes produtos culturais veiculados nas mídias digitais.

QUESTÃO 23

A forma como a gestão é incorporada às práticas escolares define modos específicos de participação e pode contribuir para a manutenção das relações de poder ou para a construção coletiva de práticas democráticas. Nesse contexto, caracteriza uma gestão democrática a prática que

- (A) organiza a participação por meio de critérios discutidos coletivamente, orientando a distribuição das decisões.
- (B) alterna responsabilidades sem considerar a dinâmica do grupo, busca evitar concentrações de autoridade.
- (C) mantém regras previamente definidas como eixo exclusivo de funcionamento das interações cotidianas.
- (D) focaliza a condução das atividades na figura docente para assegurar previsibilidade nas rotinas diárias.

QUESTÃO 24

O Plano Nacional de Educação (PNE) consolida um marco de planejamento estratégico que orienta ações públicas de longo prazo para a garantia do direito à educação no Brasil. Em sua configuração normativa, o PNE está estruturado em

- (A) finalidades, competências, ações e indicadores.
- (B) diretrizes, objetivos, metas e estratégias.
- (C) princípios, parâmetros, eixos e dispositivos.
- (D) fundamentos, procedimentos, critérios e etapas.

QUESTÃO 25

As políticas educacionais implicam as elaborações curriculares que, por sua vez, indicam uma determinada forma e conteúdo de ensino. Nesse processo, a concepção que sintetiza a relação entre políticas educacionais, currículo e cultura é a que

- (A) compreende o currículo como produção social resultante de disputas que orientam a seleção dos conhecimentos.
- (B) compreende o currículo como um conjunto fixo de temas estruturados por critérios exclusivamente técnicos.
- (C) interpreta o currículo como ordenamento estável que reproduz práticas pedagógicas sem influências políticas.
- (D) interpreta o currículo como uma sequência neutra de conteúdos desvinculada das relações culturais.

QUESTÃO 26

A escola pública brasileira está vinculada à relação entre Estado e sociedade. Dessa relação decorrem as políticas educacionais que definirão as condições da formação inicial e continuada dos profissionais da educação. Nesse contexto, as políticas educacionais que contribuem para o desenvolvimento profissional docente, tanto na formação inicial quanto na continuada, são aquelas que

- (A) implementam diretrizes voltadas à padronização da formação.
- (B) definem ações, decisões e programas de aligeiramento da formação.
- (C) lidam com a formação como processo de responsabilidade individual.
- (D) proporcionam condições concretas e efetivas de formação.

QUESTÃO 27

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) integra o sistema nacional de monitoramento da qualidade educacional e orienta a elaboração de políticas públicas a partir de seus resultados. O IDEB é aferido periodicamente em intervalo

- (A) anual, com atualização contínua dos resultados.
- (B) bienal, com divulgação regular a cada dois anos.
- (C) trienal, com consolidação dos dados em ciclos de três anos.
- (D) quadrienal, com apuração vinculada aos planos de gestão.

QUESTÃO 28

A BNCC orienta o planejamento de aulas ao definir as aprendizagens essenciais, que incluem competências e habilidades, que todos os estudantes devem desenvolver ao longo de suas trajetórias na educação básica. Em uma proposta de aula alinhada à BNCC, as atividades devem articular

- (A) conteúdos essenciais, situações práticas, interação orientada e reflexão do estudante.
- (B) explicação prolongada, atividades isoladas, controle docente e avaliação contínua.
- (C) memorização contínua, exercícios padronizados, repetição mecânica e sequência fixa.
- (D) exercícios funcionais, rotina rígida, atividades fragmentadas e avaliação classificatória.

QUESTÃO 29

O Fundeb, instituído pela Emenda Constitucional nº 108/2020 e regulamentado pela Lei nº 14.113/2020, constitui-se como um fundo de natureza contábil mantido pelos entes federados. De acordo com essa legislação, os recursos do Fundeb são aplicados prioritariamente

- (A) na construção de universidades e expansão do ensino superior.
- (B) na criação de programas federais de incentivo ao esporte escolar.
- (C) na remuneração dos profissionais da educação básica pública.
- (D) na manutenção de escolas privadas conveniadas de educação infantil.

QUESTÃO 30

Ações de inclusão e diversidade exigem condições institucionais que possibilitem acessibilidade, atendimento às necessidades específicas e participação equitativa dos estudantes. A garantia estrutural que viabiliza a implementação dessas ações corresponde

- (A) à definição pedagógica que orienta práticas inclusivas, ainda que não haja previsão de recursos ou suporte institucional.
- (B) à elaboração individual de materiais didáticos pelos professores com o suporte técnico do poder público.
- (C) à distribuição interna de responsabilidades docentes como alternativa ao investimento financeiro.
- (D) à previsão orçamentária destinada à manutenção, desenvolvimento e oferta de serviços e recursos de acessibilidade.

Leia o **Texto 3** para responder às questões **31** e **32**.

Texto 3

Muitas e urgentes são as razões sociais que justificam o empenho da escola por um ensino da língua cada vez mais útil e contextualmente significativo. Sabemos quanto a incompetência atribuída à escola está ligada a conflitos com a linguagem (cf. Soares, 1987), a percepções distorcidas e míticas acerca do que seja o fenômeno linguístico (cf. Bagno, 1999, 2000). Sabemos quanto nos aflige a seletividade, a manutenção da estrutura de classes e a reprodução da força de trabalho (cf. Carraher, 1986) que, incondicionalmente, decorrem também dessa incompetência e dessas distorções. Sabemos que a educação escolar é um processo social, com nítida e incontestável função política, com desdobramentos sérios e decisivos para o desenvolvimento global das pessoas e da sociedade. Sentimos na pele que não dá mais para "tolerar" uma escola que, por vezes, nem sequer alfabetiza (principalmente os mais pobres) ou que, alfabetizando, não forma leitores nem pessoas capazes de expressar-se por escrito, coerente e relevantemente, para, assumindo a palavra, serem autores de uma nova ordem das coisas. É, pois, um ato de cidadania, de civilidade da maior pertinência, que aceitamos, ativamente e com determinação, o desafio de rever e de reorientar a nossa prática de ensino da língua.

ANTUNES, Irandé. Refletindo sobre a prática da aula de português. *In* ANTUNES, Irandé *Aula de português: encontro e interação*. São Paulo: Parábola, 2003.

QUESTÃO 31

Ao defender que o ensino da língua deve formar pessoas capazes de assumir a palavra para atuarem como autores de uma nova ordem das coisas, o texto permite inferir uma crítica ao ensino tradicional de língua. Assim, para atender aos objetivos de cidadania e função política citados no texto, o trabalho do professor de língua portuguesa deve fundamentar-se na concepção de linguagem como

- (A) expressão do pensamento, que concebe a escrita como um dom individual e foca no ensino desenvolvimentista do raciocínio lógico para a exteriorização adequada das ideias inatas do aluno.
- (B) código e estrutura, que prioriza o domínio da norma culta padrão e da nomenclatura gramatical como ferramentas neutras de ascensão social e superação da incompetência escolar.
- (C) processo de interação, que concebe a língua como atividade social, histórica e cognitiva, realizada na interlocução entre sujeitos situados em contextos reais de interlocução.
- (D) instrumento de comunicação, que foca na transmissão eficaz de mensagens de um emissor para um receptor, e analisa variáveis ideológicas para evitar conflitos com a linguagem.

QUESTÃO 32

À luz das teorias contemporâneas de ensino de língua portuguesa, a crítica que está presente no Texto 3 refere-se à predominância, em sala de aula, de uma prática pedagógica que reduz a língua à concepção de gramática

- (A) internalizada, por desconsiderar que o falante nativo possui o domínio intuitivo das regras de funcionamento de seu idioma materno.
- (B) reflexiva, por focar de modo excessivo na análise dos efeitos de sentido e na intencionalidade discursiva, em detrimento da estrutura formal.
- (C) descritiva, por se preocupar com a classificação dos fatos linguísticos por eles mesmos sem vínculo com o uso social da língua.
- (D) normativa, por focalizar no conjunto de regras prescritivas a serem memorizadas sem relacioná-las com o uso social da língua.

RASCUNHO

Leia o **Texto 4** para responder às questões de **33 a 35**.

Texto 4

A importância e o valor dos usos da linguagem são determinados historicamente segundo as demandas sociais de cada momento. Atualmente, exigem-se níveis de leitura e de escrita diferentes dos que satisfizeram as demandas sociais até há bem pouco tempo e tudo indica que essa exigência tende a ser crescente. A necessidade de atender a essa demanda obriga à revisão substantiva dos métodos de ensino e à constituição de práticas que possibilitem ao aluno ampliar sua competência discursiva na interlocução. Nessa perspectiva, não é possível tomar como unidades básicas do processo de ensino as que decorrem de uma análise de estratos letras/fonemas, sílabas, palavras, sintagmas, frases que, descontextualizados, são normalmente tomados como exemplos de estudo gramatical e pouco têm a ver com a competência discursiva. Dentro desse marco, a unidade básica do ensino só pode ser o texto.

BRASIL. MEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental. Língua Portuguesa*. Brasília, 1998, p. 23.

QUESTÃO 33

Tudo o que enunciados dá-se concretamente na forma de enunciados ou textos, e todo enunciado articula-se em uma forma relativamente estável de enunciar. Nessa perspectiva, as características básicas das formas relativamente estáveis de enunciados são

- (A) estilo, tema e forma composicional.
- (B) tema, significação e ideologia.
- (C) ideologia, estilo, estratos.
- (D) arquitetura textual, tema, coesão.

QUESTÃO 34

O Texto 4, ao direcionar para a ampliação da competência discursiva do aluno e para a adoção do texto como unidade básica do ensino, alinha-se à concepção sociointeracionista de linguagem. Nessa perspectiva, o instrumento pedagógico que permite ao aluno agir socialmente, dominando as condições de produção e circulação dos enunciados na interlocução, é de

- (A) função da linguagem, por ser a competência discursiva que aumenta a capacidade do aluno de identificar os elementos básicos da mensagem em situações formais de comunicação.
- (B) estratos de análise da língua, por ser a competência discursiva que contribui para o domínio de todas as unidades linguísticas de forma hierarquizada.
- (C) coesão e coerência textual, por constituírem as propriedades semânticas e gramaticais essenciais do texto, garantindo que ele seja interpretado de forma homogênea pelo interlocutor.
- (D) gêneros do discurso, por representarem as formas relativamente estáveis dos enunciados que possibilitam aos sujeitos se expressarem em diferentes contextos sociais.

QUESTÃO 35

O texto 4 direciona para uma revisão metodológica do ensino da língua portuguesa, de modo que o ensino do idioma se afaste do estudo de unidades descontextualizadas em favor do texto como unidade básica de comunicação. Esse direcionamento, que possui alinhamento com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tem como meta

- (A) garantir o domínio da gramática normativa por meio da análise sintática e morfológica dos textos canônicos, para que o aluno possa reproduzir a escrita culta.
- (B) promover o desenvolvimento da competência comunicativa, capacitando o aluno para interagir e atuar nas diversas práticas sociais e esferas comunicativas da atividade humana.
- (C) restringir o trabalho pedagógico aos eixos de leitura e produção textual, para ampliar a reflexão sobre a virtualidade da língua.
- (D) priorizar o estudo das funções da linguagem, concentrando-se nos aspectos estruturais e formais dos textos para compreensão de seu contexto de circulação e interlocução.

QUESTÃO 36

Em oposição à perspectiva pedagógica tradicional do ensino de língua portuguesa, a qual ignora o papel dos fatores socioculturais no comportamento linguístico do falante, assim como ignora fatores de ordem histórica, o ensino produtivo da língua deve levar o aluno a compreender a realidade holística do seu idioma. Assim, mais do que ensinar a metalinguagem, é necessário que o aluno compreenda que há

- (A) um repertório verbal homogêneo a ser dominado, sendo o padrão culto o modelo aceitável para todas as situações de comunicação social.
- (B) uma maneira sistêmica e descritiva de uso da linguagem, cuja função da escola é a de ensinar a classificação técnica dos fatos linguísticos.
- (C) um código linguístico prestigiado que deve ser seguido, sendo que a escola deve atuar como força de neutralização das variações sociais e geográficas de uso da língua.
- (D) uma dinâmica heterogênea na língua, manifestada por múltiplas variedades condicionadas por fatores históricos, sociais e regionais.

QUESTÃO 37

Leia os textos a seguir.

As pesquisas em leitura, principalmente na área da psicologia e da psicolinguística, são unânimes em afirmar que, na leitura proficiente, as palavras são lidas não letra por letra ou sílaba por sílaba, mas como um todo não analisado, isto é, por reconhecimento instantâneo e não por processamento analítico-sintético.

KATO, Mary. *O aprendizado da leitura*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Leitura é uma atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza com base na relação entre o conhecimento que o leitor traz armazenado na memória e as informações veiculadas no texto.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. *Escrever e escrever: estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2009.

Acerca da atividade de leitura, os textos concebem que a leitura proficiente é dada pela combinação do reconhecimento holístico da palavra com a interação entre texto e leitor. Dentre as diversas estratégias a serem mobilizadas para aumentar a competência leitora dos alunos, o professor de língua portuguesa pode priorizar

- (A) a ativação do conhecimento prévio e inferenciação, que permite ao leitor formular e testar hipóteses sobre o conteúdo do texto, antecipando informações e monitorando a própria compreensão.
- (B) a decodificação silábica e fonológica, pois a leitura instantânea proficiente se dá após o domínio consciente dos processos analítico-sintéticos das unidades mínimas que integram a palavra.
- (C) a análise da nomenclatura gramatical, por permitir ao leitor identificar as classes e funções das palavras e assim permitir reconhecimento do texto como um todo de significado.
- (D) a ênfase na leitura como instrumento passivo, por facilitar a recuperação das informações veiculadas na superfície textual com o conhecimento armazenado na memória do leitor.

QUESTÃO 38

Leia os textos a seguir.

É enorme o progresso que tem sido feito nos últimos cinquenta anos e hoje sabemos muito mais sobre o que as crianças fazem quando adquirem uma língua. Temos hoje formas cada vez mais sofisticadas de testar o conhecimento linguístico e não linguístico disponível às crianças desde a mais tenra idade.

QUADROS, Ronice Müller de; FINGER, Ingrid. *As teorias de aquisição da linguagem*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

Costuma-se acreditar que aquisição e aprendizagem são dois processos distintos. Enquanto o primeiro seria um processo natural, espontâneo, o segundo dependeria de uma intervenção planejada, com base em métodos específicos. Assim, o professor assume o papel de um transmissor de conteúdos pré-selecionados e organizados.

SALEH, Pascoalina Bailon de Oliveira. *Aquisição de linguagem e ensino de língua materna: um lugar para a subjetividade*. Disponível em: Uniletras, Ponta Grossa, v. 30, n. 1, p. 157-172, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/uniletras/article/view/192/190>. Acesso em: 28 nov. 2025.

Os documentos oficiais para o ensino de língua portuguesa estão assentados em uma perspectiva de língua/linguagem que é diametralmente oposta à concepção que coloca o professor como transmissor da língua a ser aprendida pelo aluno. Embora rechaçada pelas modernas teorias linguísticas, a perspectiva aquisicional da linguagem que ainda se faz presente nas salas de aula voltada para o ensino de língua é

- (A) a gerativista, que vê a aquisição como um processo determinado por uma predisposição biológica, e que atribui pouca ênfase ao ambiente externo.
- (B) a sociointeracionista, que entende a aquisição como um processo social mediado pelo interlocutor, e que valoriza a participação ativa e o conhecimento prévio da criança.
- (C) a comportamentalista, que concebe a criança como uma tábula rasa e a linguagem como um conjunto de hábitos adquiridos por meio de imitação e reforço.
- (D) a construtivista, que prioriza a interdependência entre o desenvolvimento cognitivo e o linguístico, e que não concebe a intervenção mecânica ou transmissão de conteúdo pronto.

Leia o **Texto 5** para responder às questões **39** e **40**.

Texto 5

Rildo Cosson (2020), em "Paradigmas do ensino da Literatura", apresenta seis modelos que marcaram o ensino literário no Brasil, como o Moral-Gramatical e o Histórico-Nacional. No entanto, o autor destaca o paradigma mais contemporâneo, que exige do professor a capacidade de trabalhar com projetos, aprendizagem colaborativa e estratégias de ensino baseadas na interação e na ação. Essa abordagem busca distinguir a literatura da leitura comum ao abordar as suas especificidades e se alinha à valorização dos gêneros do discurso presentes nos documentos oficiais de Língua Portuguesa.

FERREIRA, Isabella Bacha; SILVA, Maurício. Resenha. *Eccos - Revista Científica*, São Paulo, n. 59, p. 1-4, jul./set., 2021. Resenha. COSSON, Rildo. *Paradigmas do ensino da literatura*. São Paulo: Contexto, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n59.21062>. Acesso em: 28 nov. 2025.

QUESTÃO 39

O paradigma do ensino de literatura acolhido pelos documentos que normatizam o ensino da língua portuguesa visa superar as abordagens tradicionais do ensino de literatura. Assim, o paradigma que concebe a literatura como um processo que se inicia antes da escola e continua após ela, instrumentalizando o aluno para a vida social, é

- (A) o paradigma da formação do leitor, que foca na experiência subjetiva e individual do aluno com o texto, com pouca relevância aos aspectos sociais e culturais da obra.
- (B) o paradigma do letramento literário, que concebe a literatura como uma prática social e visa desenvolver leitores por meio da mediação e da interação.
- (C) o paradigma social-identitário, que prioriza as obras representativas de grupos marginalizados com o objetivo mobilizar a literatura para questões políticas.
- (D) o paradigma analítico-textual, que reduz o ensino à estrutura e à forma interna da obra literária, tratando o texto como um objeto autônomo.

QUESTÃO 40

O ensino literário focando no estudo cronológico de escolas, autores e obras canônicas foi e é motivo de discussões sobre o modo como a literatura deve ser abordada na escola. Tal perspectiva, prevaleceu por décadas no ensino brasileiro, tem como principal impacto pedagógico o tratamento do texto literário como mero documento histórico ou ilustração de época. Novas perspectivas do ensino literário, em ressonância com as diretrizes dos documentos oficiais, buscam formar o leitor como agente ativo e crítico, para tanto, rompem com a priorização da história sobre o texto, por considerar que nessa noção

- (A) o desenvolvimento da competência discursiva do aluno é melhorado, já que a contextualização histórica interfere nos aspectos da linguagem literária.
- (B) o processo de ensino da literatura valoriza a seleção de obras de fora do cânone, dado que aumenta-se a autonomia do professor por não escolher grandes nomes da literatura nacional.
- (C) a experiência estética e o diálogo entre o leitor e a obra são inibidos, dado que a leitura em si serve para a memorização de dados, transformando a obra em objeto de estudo ativo.
- (D) o texto é reduzido à função de pretexto de ensino do saber metalinguístico, servindo para a análise gramatical descontextualizada.

QUESTÃO 41

Leia o texto a seguir.

Frequentemente, tem-se feito referência às habilidades dos falantes para distinguirem entre uma sequência aleatória de palavras e um texto. Parece inteiramente razoável admitir que, mesmo intuitivamente, tal discernimento tem em conta a forma como os elementos linguísticos se dispõem e se organizam na superfície do texto. Ou seja, distingue-se um texto de um não-texto, também, pela sequência que as palavras assumem.

ANTUNES, Irlandé. A coesão como propriedade textual: bases para o ensino do texto. *Calidoscópio* Vol. 7, n. 1, p. 62-71, jan/abr 2009. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/4855/2113>. Acesso em: 28 nov. 2025.

A organização dos elementos na superfície textual e as relações sequenciais que as palavras assumem são a base para a distinção entre um texto e um não-texto. O conceito que define o estabelecimento dessas relações formais e estruturais entre os elementos da superfície de um texto é denominado:

- (A) coesão, pois se refere aos laços e às articulações que ligam os componentes do texto, visíveis em sua estrutura de superfície.
- (B) coerência, pois se trata do princípio que estabelece a conexão profunda de sentido entre os conhecimentos mobilizados pelo autor e pelo leitor para a compreensão do texto.
- (C) intertextualidade, pois a organização linguística depende da relação explícita ou implícita com outros textos previamente estabelecidos.
- (D) contextualização, pois a distinção entre um texto e um não-texto é determinada pelas circunstâncias extralinguísticas de sua produção e recepção.

QUESTÃO 42

Leia o texto a seguir.

O círculo de Bakhtin compreende o enunciado como memória discursiva, isto é, todo enunciado é uma resposta a algo já dito, orientado a um público em um dado contexto social (FARACO, 2009). Na psicologia do corpo social, os atos humanos são construídos por cadeias ininterruptas dos enunciados como, por exemplo, as conversas de corredor, as trocas de opinião nas diferentes reuniões sociais e as trocas puramente fortuitas (BAKHTIN, 2011).

CAMPOS, Paula Angélica da Silva. O gênero do discurso no ensino-aprendizagem: em direção a uma abordagem desestabilizadora e sócio-histórica da linguagem. *Entretextos*, Londrina, v. 18, n. 2, p. 51-76, 2018. Disponível em:

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/31994>. Acesso em: 29 nov. 2025.

A compreensão do enunciado como memória discursiva e como ato sempre orientado a um contexto social deve ser levado em consideração nas aulas de língua portuguesa para que se desloque a abordagem normativa tradicional para uma prática de ensino funcional e reflexiva. Nessa perspectiva, qual é a principal implicação metodológica para o ensino de língua que contemple a dimensão social e discursiva da linguagem?

- (A) Compreensão objetiva da nomenclatura gramatical e a classificação sintática de frases descontextualizadas, pois o domínio técnico da norma é a base da memória discursiva.
- (B) Correção consciente dos desvios da oralidade na escrita, pois os usos linguísticos na escrita não devem ter influência da fala coloquial.
- (C) Apreensão do funcionamento do uso linguístico, pois permite ao aluno compreender e intervir nas escolhas de gênero, estilo e registro vocabular.
- (D) Interpretação da evolução histórica da gramática e da morfologia, pois a memória discursiva é um fenômeno diacrônico.

QUESTÃO 43

Magda Soares é uma autora brasileira que critica a concepção tradicional de alfabetização. Para a autora, essa ideia produz um ensino mecânico e ineficaz, pois a escrita é sempre uma prática social, e não uma tecnologia neutra. Nessa perspectiva, a falha do modelo tradicional de ensino do português reside em não tratar o domínio da escrita como

- (A) um processo de interação social mediada, já que o professor é o intermediário para decodificação do alfabeto.
- (B) uma prática ideológica e crítica, em que o aluno passa a refletir sobre as estruturas de poder na sociedade.
- (C) um conjunto de habilidades autônomas, em que o domínio de regras de decodificação e codificação possibilita sujeitos críticos da realidade.
- (D) uma etapa posterior ao desenvolvimento cognitivo geral, já que a linguagem é um reflexo da maturidade mental do aluno.

QUESTÃO 44

Nos documentos curriculares atuais, a Análise Linguística (AL) é entendida como um eixo de ensino que deve ser realizado de forma reflexiva e contextualizada. Essa prática se opõe à concepção tradicional de ensino da língua que dissocia o estudo da gramática do uso real da língua, transformando-o em um fim em si mesmo. Considerando a perspectiva funcional e reflexiva da Análise Linguística (AL) nas aulas de Língua Portuguesa, o objetivo principal dessa prática pedagógica é

- (A) garantir que o aluno memorize a nomenclatura gramatical e as regras da norma-padrão, para que possa aplicá-las em exercícios objetivos.
- (B) reduzir o estudo da língua à análise sintática, visto que o domínio das relações entre períodos garante a proficiência textual.
- (C) focar nas variações linguísticas não-padrão, a fim de desconstruir a hegemonia da norma culta como fonte de discriminação social.
- (D) levar o aluno a compreender e refletir sobre escolhas linguísticas, dado que essas interferem na construção de sentido.

QUESTÃO 45

A concepção de texto como um evento comunicativo e não apenas uma estrutura formal exige que sua análise e produção não se limitem à superfície do enunciado. Nesse sentido, o conceito que representa o resultado da ativação do conhecimento de mundo, da relação entre discursos para a construção do sentido é

- (A) coesão, princípio que estabelece os laços formais e as conexões gramaticais entre os elementos na superfície do texto.
- (B) coerência, princípio que deriva do modo como o texto é organizado em sua relação lógica e conceitual.
- (C) intertextualidade, princípio que garante a conexão do texto em análise com outros textos produzidos em contextos históricos anteriores.
- (D) referência, princípio de retomada de termos para evitar a repetição e garantir a progressão textual linear.

QUESTÃO 46

Leia o texto a seguir.

Primeiro, verifiquei que a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e portanto nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade. Em segundo lugar, a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual. Tanto num nível quanto no outro ela tem muito a ver com a luta pelos direitos humanos.

CANDIDO, Antonio. Direito à literatura. In CANDIDO, Antonio. Vários escritos. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

A concepção de literatura como uma necessidade universal capaz de humanizar e servir como instrumento de desmascaramento das injustiças sociais fundamenta o trabalho integrativo de saberes no currículo escolar. Nesse contexto, a principal contribuição da literatura em conjunto com outros saberes para a formação integral do aluno reside em

- (A) garantir que o ensino literário integre a análise formal da obra com a reflexão sobre os dilemas da sociedade, promovendo o diálogo com áreas como história, sociologia e filosofia.
- (B) possibilitar a análise do texto literário em conjunto com o estudo de escolas literárias e à biografia do autor, sem incidência de questões sociais.
- (C) priorizar o desenvolvimento da leitura literária como documentos históricos para comprovar fatos sociais ou políticos.
- (D) permitir que o professor adote uma postura neutra em relação às problemáticas sociais apresentadas nas obras, deixando que o aluno enxergue por si essas questões nos textos.

QUESTÃO 47

No âmbito da linguística brasileira, o movimento de crítica à gramática normativa impôs a necessidade de reconfigurar o ensino de Língua Portuguesa. João Wanderley Geraldi, um dos principais pesquisadores que orientou a nova forma de ensino do idioma materno, propôs que o estudo da língua fosse retirado de seu isolamento e articulado com o uso efetivo da linguagem, sob uma prática de ensino de natureza funcional e reflexiva. Essa perspectiva de ensino se materializa na articulação de três práticas pedagógicas que devem compor o ensino de Língua Portuguesa, que são:

- (A) leitura, análise linguística e literatura, em que a literatura atua como o eixo de produção de sentido e a análise linguística como suporte estético.
- (B) leitura, produção de textos e análise linguística, em que a análise linguística atua como um recurso de reflexão e intervenção sobre as escolhas do sujeito na leitura e na escrita.
- (C) produção de textos, gramática e literatura, em que a gramática atua como o eixo de produção de sentido e a produção de textos como suporte estético.
- (D) gramática, leitura e literatura, em que a gramática orienta para a dimensão social da língua que se materializa nas práticas individuais de texto.

QUESTÃO 48

A formação escolar do leitor passa pelo crivo da cultura em que este se enquadra. Se a escola não efetua o vínculo entre a cultura grupal ou de classe e o texto a ser lido, o aluno não se reconhece na obra. Costuma-se atribuir a falha do ensino tradicional de literatura a desconexão entre a cultura do aluno e o texto escolar. Para superar essa falha e promover a formação do leitor como um sujeito capaz de agir e intervir na sociedade, o professor de língua portuguesa deve adotar uma postura metodológica para o trabalho com a literatura que

- (A) restrinja a leitura ao cânone universal, pois a universalidade da grande arte possui o potencial de gerar vínculos entre o leitor e a humanidade.
- (B) priorize a análise a memorização dos conteúdos dos textos, pois assim o aluno poderá se espalhar para a ascensão na vida social.
- (C) estabeleça que o aluno reconheça a superioridade de classes, para que possa adotar a identidade cultural mais adequada para ascensão social.
- (D) fomente uma interação democrática e simétrica entre aluno e obras, para que ocorra a atualização de experiências de vida no ato da leitura.

QUESTÃO 49

De acordo com os estudos de Mikhail Bakhtin, a linguagem é constituída socialmente. Nesse viés, nenhum enunciado é isolado; ele é sempre uma resposta a enunciados anteriores e se dirige a enunciados futuros. Essa característica intrínseca da linguagem, que pressupõe a presença de múltiplas vozes (sejam elas convergentes ou divergentes) dentro de um mesmo texto, é definida tecnicamente como

- (A) neologismo.
- (B) ambiguidade.
- (C) coerência.
- (D) polifonia.

QUESTÃO 50

Para Alfredo Bosi, em *História Concisa da Literatura Brasileira* (Bosi, 2020), a literatura brasileira deve ser entendida como memória e registro histórico das condições sociais e culturais formadoras do país, em especial da condição colonial, e como espaço de mediação das contradições sociais, ideológicas e estéticas que marcam o processo de formação. Nesse sentido, de modo geral, a visão crítica que há acerca da formação da literatura nacional, sob lentes distintas, passou por uma tensão entre a cultura da metrópole e a realidade da colônia, de modo que um dos principais conflitos instaurados para a formação literária nacional decorre do fato de a literatura

- (A) nacional consolidar-se em definitivo ao romper com os modelos estéticos europeus, criando uma linguagem autóctone e livre das influências da condição colonial.
- (B) brasileira ter reproduzido os cânones portugueses e franceses, servindo como um espelho da cultura europeia sem se deter nos conflitos locais.
- (C) nacional ter-se apropriado das formas herdadas para expressar e reconfigurar os dilemas de uma sociedade em formação.
- (D) brasileira ter se detido ao uso dos ideais do formalismo linguístico sem apresentar as contradições sociais do passado colonial.

REDAÇÃO

Instruções

Você deve desenvolver um texto dissertativo-argumentativo. A fuga do tema ou cópia da coletânea anula a redação. A leitura da coletânea é obrigatória. Ao utilizá-la, você não deve copiar trechos ou frases. Quando for necessário, a transcrição deve estar a serviço do seu texto. O seu texto **NÃO** deve ser assinado.

Tema:

A NOVA PANDEMIA: VÍCIO EM JOGOS DIGITAIS

Coletânea

Texto 1

Com média acima da mundial, 28% dos jovens brasileiros fazem uso abusivo de videogames, diz pesquisa da USP

Estudo identificou que um em cada quatro jovens entrevistados se enquadram em critérios de transtorno envolvendo jogos eletrônicos.

Por g1

31/07/2022, às 21h38 – Atualizado há 3 anos.

A parcela de adolescentes brasileiros que faz uso excessivo de videogames é maior do que a média mundial, aponta uma pesquisa do Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de São Paulo (USP).

O estudo foi realizado por Luiza Brandão, doutora em Psicologia Clínica do IP, a partir de questionários com milhares de adolescentes de escolas públicas.

As respostas dos estudantes indicaram que 85,85% deles jogam videogames e 28,17% se enquadram nos critérios de Transtorno de Jogo pela Internet (TJI), descrito em manual da Associação Americana de Psiquiatria.

Segundo a pesquisadora, o uso de videogames no Brasil é compatível com o mundial, mas o índice de uso problemático de jogos eletrônicos está acima da média de outros países.

O levantamento foi realizado a partir de um questionário com uma subamostra de 3.939 alunos de escolas públicas que integram o *Tamo Junto 2.0*, um programa do Ministério da Saúde para prevenir o uso de álcool e drogas por adolescentes.

O projeto do governo federal totaliza 5.371 alunos de 73 escolas públicas de São Paulo, Fortaleza e Eusébio (CE).

Os alunos responderam de forma anônima a um questionário sobre uso de drogas, *bullying*, classe socioeconômica, sintomas psiquiátricos e videogames. Mais de 90% dos alunos que responderam à pesquisa tinham de 12 a 14 anos, e cerca de 50% deles pertenciam à classe média. [...]

Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2022/07/31/uso-excessivo-de-videogames-e-maior-entre-adolescentes-brasileiros-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 29 nov. 2025.

Texto 2**Suicídio, bets e apostas de quotas fixas no Brasil: o que sabemos e por que ocorrem?**

Por Murilo Vasques Buzo Ter, 10/06/2025, Às 02h24 PM

Em 2018, a Lei 13.756/2018 estabeleceu a legalização de apostas de quotas fixas de eventos esportivos. Cinco anos depois, a Lei 14.790/2023 foi sancionada, os chamados jogos online de apostas de quota fixa, como bets, passaram a ser regulamentados. Após isso, houve um investimento maciço por cassinos e empresas de apostas esportivas na mídia, com estas chegando a se tornar as principais patrocinadoras de esportes como o futebol. No texto de hoje, exploraremos as implicações das apostas esportivas de quota fixa legalizadas no Brasil para muitos(as) apostadores(as).

No mês de Agosto de 2024, o Banco Central divulgou um relatório identificando que mais de 5 milhões de beneficiários do Bolsa Família destinaram 3 bilhões de reais para casas de apostas virtuais. No documento, constatou-se que o perfil etário consistia entre 20 e 30 anos majoritariamente. O órgão também disse que é "(...) razoável supor que o apelo comercial do enriquecimento por meio de apostas seja mais atraente para quem está em situação de vulnerabilidade financeira", trazendo à tona um problema socioeconômico que é explorado por casas de apostas para aumentar sua receita.

Como a legalização de apostas de quotas fixas é relativamente recente no Brasil, recorreremos a experiências internacionais para compreender os efeitos da presença dela na sociedade de maneira permitida. Em países com maior diversidade de jogos legalizados, como a Suécia e a França, os custos decorrentes de problemas com apostas superam o imposto e contribuição arrecadados pelas empresas do segmento. No país escandinavo, observou-se um aumento de 1,8 vezes em risco de mortalidade e de 15 vezes no risco de morte por suicídio por pessoas que possuem comportamento problemático de jogo, quando comparados com a população geral. O risco acentuado de alguém com uso compulsivo de plataformas de apostas tirar a própria vida foi identificado em outros países como Itália (93,7 vezes maior, quando comparado com a população geral) e no Reino Unido com jovens entre 16 e 24 anos (9 vezes maior em homens e 4,9 vezes maior em mulheres). Embora tais dados mostrem forte associação entre o jogo patológico e o risco de tirar a própria vida, não explicam o como nem o(s) porquê(s) disso ocorrer.

Por que apostas podem levar ao suicídio?

Buscando responder a essa pergunta, em 2022, Marionneau e Nikkinen conduziram uma revisão sistemática de estudos qualitativos sobre suicídio relacionados a comportamento problemático de jogo e processos psicológicos que levam alguém a tirar a própria vida – chamado de suicidalidade pelos autores. Na revisão, o critério de inclusão consistiu em estudos com evidência qualitativa empírica sobre suicídio relacionado a jogos de apostas feitos de maneira compulsiva e problemática. Foram analisados 20 estudos.

Notou-se a presença de dois fatores centrais que explicam a associação entre apostas e suicídio: endividamento e vergonha. Quando pessoas com problemas relacionados a jogos criam dívidas insustentáveis de serem quitadas, a probabilidade de surgirem pensamentos de tirar a própria vida aumentam significativamente. Utilizando o Integrated Motivational-Volitional Model of Suicidal Behaviour como instrumento para subsidiar a análise, podemos fazer uma hipótese funcional de que, nesse tipo de contexto, pode surgir a sensação de aprisionamento (entrapment, no modelo). Como é comum encontrarmos relatos de pessoas com comportamento problemático de jogo que pedem empréstimos sucessivos a familiares e pessoas próximas como pontos iniciais dessa construção de dívida até chegar no ponto dela não ser gerenciável, a sensação de ser um fardo também pode emergir (burdensomeness, no modelo).

Também podemos especular que a rede de apoio da pessoa em questão pode esvanecer conforme ela continua perdendo dinheiro em apostas, resultando em perda de suporte social (social support, no modelo). Sobre a vergonha, encontramos associações na literatura entre ela e pensamentos suicidas, como identificado em Ecological Momentary Assessment, que consiste em capturar a ocorrência de dados psicológicos ou comportamentais assim que eles ocorrem, sem recorrer à memória retrospectiva, como geralmente é falado em uma sessão de psicoterapia ou em entrevistas clínicas. [...]

Disponível em: <https://comportese.com/2025/06/10/suicidio-bets-e-apostas-de-quotas-fixas-no-brasil-o-que-sabemos-e-por-que-ocorrem>.

Acesso em: 29 nov. 2025. [Adaptado].

Texto 3

STF veda publicidade de bets para crianças e determina adoção de medidas contra uso de recursos do Bolsa Família em apostas

Na liminar, ministro Luiz Fux antecipa a validade de normas que vedam propaganda de apostas para crianças e que entrariam em vigor em janeiro de 2025.

Por Adriana Romeo

13/11/2024, às 11h09 – Atualizado há 1 ano.

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão, em todo o território nacional, de qualquer publicidade de jogos de apostas online de cota fixa (bets) para crianças e adolescentes. Decidiu também que sejam tomadas medidas que restrinjam o uso de recursos de programas assistenciais para apostas online.

A decisão do ministro Luiz Fux foi tomada nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 7721 e 7723, propostas pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e pelo partido Solidariedade, respectivamente. A liminar ainda será referendada em sessão extraordinária do Plenário Virtual nesta quinta-feira (14), das 11h às 23h59.

A decisão liminar (provisória e urgente) determina que o governo federal cumpra imediatamente as medidas de fiscalização e controle, voltadas para crianças e adolescentes, previstas na Portaria 1.231/2024 do Ministério da Fazenda, que regulamenta a Lei das Bets (Lei 14.790/2023).

A liminar também determina que o Ministério da Fazenda, a quem cabe a regulação e controle do assunto, implemente medidas imediatas que impeçam o uso de recursos provenientes de programas sociais e assistenciais, como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada e congêneres, em apostas online.

O ministro destacou as evidências apresentadas sobre os efeitos nocivos da publicidade de apostas na saúde mental de jovens e no orçamento das famílias, debatidas na audiência pública realizada nos dias 11 e 12 de novembro. Para ele, o perigo de demora para a decisão “deve ser afastado de imediato, sob pena de a inaplicação de normas já editadas, até janeiro de 2025, agravar o já crítico quadro atual”.

Disponível em: https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-veda-publicidade-de-bets-para-criancas-e-determina-adocao-de-medidas-contrain-uso-de-recursos-do-bolsa-familia-em-apostas/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 29 nov. 2025.

Proposta de redação: Texto Dissertativo-argumentativo

Considerando os elementos superestruturais de um texto dissertativo-argumentativo, posicione-se de forma clara, coesa e crítica em relação ao problema social do vício em jogos digitais e produza uma redação, organizada em prosa, na qual você apresente argumentos consistentes e propostas pertinentes sobre a temática. Não a assine, tampouco adote nomes fictícios e/ou abreviações.

ATENÇÃO!

O seu texto NÃO deve ser assinado.

FOLHA RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30